

ÍNTegra

Malan explica detalhes do acordo com FMI

É a seguinte a íntegra do anúncio dos termos do acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, feito ontem em Brasília pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan:

Boa tarde. O que estamos anunciando hoje aqui em Brasília, assim como em Washington, simultaneamente, e em várias capitais do mundo, é o resultado parcial de um processo de cooperação internacional que teve início nos dias e semanas que se seguiram às consequências da moratória russa de 17 de agosto passado. Quando ficou progressivamente mais claro, tanto ao mundo desenvolvido quanto ao mundo em desenvolvimento, que nós estamos lidando com um problema de caráter mais sistêmico e que afetava o funcionamento do sistema financeiro internacional.

Essas conversações, no caso do Brasil se desdobraram em duas vertentes: uma vertente da ação internacional do País, na linha do que vinha sendo proposto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, desde março/abril de 1995, que era um grau de coordenação e de cooperação internacional maior que o mundo havia sido capaz de exibir até aquele momento.

Na verdade, as conversações, ao longo do mês de setembro e outubro tiveram um grande desenvolvimento durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial, na primeira semana de outubro, foram progressivamente deixando mais clara a necessidade, primeiro de reconhecer o caráter mais geral da situação que enfrentamos hoje no mundo e, em segundo, a necessidade de mecanismos de contingência, de prevenção, de mecanismos de natureza de precaução para evitar e prevenir crises que pudessem surgir, derivadas seja do contágio, seja do funcionamento inadequado do sistema financeiro internacional.

No front doméstico a resposta do Brasil é uma resposta conhecida. Muito além da ação do Banco Central, no dia 8 de setembro, aqui nesta sala nós anunciamos uma série de medidas para lidar com aquilo que é corretamente percebido como uma grande vulnerabilidade da economia brasileira, que é o seu crônico e estrutural desequilíbrio fiscal. Naquela data, 8 de setembro, foram tomadas medidas para lidar com essa questão, no ano de 1998, e o presidente da República decidiu dar início à elaboração de um programa de estabilidade fiscal para o próximo triênio 99/2000 e 2001. E nós estamos trabalhando nisso desde 8 de setembro.

No dia 23 de setembro o presidente Fernando Henrique Cardoso reiterou o seu compromisso com a questão da austeridade fiscal e a busca do equilíbrio e determinou que os trabalhos fossem acelerados.

No dia 20 de outubro a primeira versão do programa lhe foi entregue; no dia 28 de outubro o Programa de Estabilidade Fiscal foi anunciado à sociedade e à opinião pública brasileira. Esse programa, como vocês terão a oportunidade de ler no texto do memorando de política econômica que foi encaminhado hoje, assinado pelo ministro da Fazenda e pelo presidente do Banco Central, na qualidade de governador e de vice-governador para o Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional, ele na verdade consubstancia o Programa de Estabilidade Fiscal do governo, bem como o conjunto das políticas fiscais que vêm sendo seguidas e que continuarão sendo seguidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso no seu segundo mandato.

Esse programa, expresso no memorando de política econômica, hoje encaminhado ao Fundo e aos demais países membros dessa instituição,

constitui a base de apoio da comunidade internacional ao programa brasileiro. Esse apoio se desdobra nos seguintes componentes, como vocês terão visto na nota que foi distribuída há pouco. Ele tem um componente que diz respeito à contribuição do FMI. O valor dessa contribuição equivale a 600% da cota do Brasil nessa instituição, que hoje depende da cotação dos direitos especiais de saque em relação ao dólar norte-americano. Hoje ela está entre US\$ 3 e 3,1 bilhões: 600% representam pouco mais de US\$ 18 bilhões. Esta contribuição é a disponibilização de recursos por parte do FMI e assumirá a forma de uma combinação entre uma facilidade stand by, um mecanismo, um sistema de empréstimos stand by que tem um prazo de carência de cinco anos e uma taxa que hoje está em torno de 4,25% ao ano. E um mecanismo de reserva suplementar (SRF, em inglês), que é um prazo mais curto, dado o seu caráter de emergência. Ele tem um ano e meio, podendo ser prorrogado por mais um ano. E a sua taxa é a taxa básica do Fundo, os 4,25% que mencionei, mais 300 pontos básicos.

**TENHO
CONFIANÇA DE
QUE O
CONGRESSO VAI
AGIR À ALTURA
DOS DESAFIOS
DO MOMENTO**

Essa combinação entre stand by e uma SRF permite uma disponibilização de recursos mais concentrada no tempo. Na verdade, tanto a primeira quanto a segunda tranche desse empréstimo. A primeira terá lugar imediatamente após a aprovação do programa brasileiro por parte da diretoria executiva do Fundo que deve ter lugar daqui a duas semanas. A segunda tranche pode ser antecipada, através desse mecanismo de antecipação, contemplado no acordo, em que dependendo do cumprimento do desenvolvimento do programa, tal como apresentado ao Fundo, ele pode ser antecipado para o início de 1999 já. Essa é a contribuição do FMI, pouco mais de US\$ 18 bilhões.

Além disso, temos US\$ 9 bilhões - 4,5 de cada um, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - e, além disso, há uma cooperação de número extremamente expressivo. Não cabe a mim identificar os países, mas são praticamente todos os países da União Européia, mais os Estados Unidos, o Japão e Canadá, que deve chegar a um valor aproximado de US\$ 14,5 bilhões. A soma dessas contribuições é superior a US\$ 41 bilhões, dos quais 37 poderão, se necessário - eu queria lembrar o caráter contingente e preventivo dessa operação - estar disponibilizados nos próximos 12 meses. Volto a insistir: se for necessário fazer.

Eu gostaria de lembrar a todos o papel absolutamente essencial - que assim como no final do ano passado a superação da turbulência asiática de outubro/novembro de 97 -, o papel absolutamente crucial que o Congresso Nacional vem tendo, tem e, estou seguro, terá - quero aqui expressar minha confiança, eu estive lá inúmeras vezes; tenho conversado (eu e o secretário Executivo Pedro Parente) com um número expressivo de parlamentares das mais diferentes bancadas - expressar, mais uma vez aqui, a minha confiança de que o Congresso Nacional saberá se erguer à altura dos desafios do momento presente e já o demonstrou no passado.

Quero lembrar também que esse programa que nós estaremos distribuindo hoje - na forma desse memorando de política econômica que obtive o apoio que está sendo anunciando hoje em várias partes do mundo - é o programa brasileiro.

Vocês, que terão a oportunidade de ler o texto com atenção, seguramente identificarão nele coisas que já ouviram vários de nós dizer, repetir e enfatizar aqui nesta sala em inúmeras outras reuniões,



Ministro Malan: 'Valor da contribuição do FMI equivale a 600% da cota do Brasil nessa instituição'

quando falamos de público, ou com a opinião pública, com a imprensa e com a sociedade brasileira.

Portanto, é um programa brasileiro que conta com o respaldo, o apoio e a confiança da comunidade financeira internacional, que está expressando esse apoio, essa cooperação e essa confiança através dessa operação de natureza preventiva e contingente.

Como eu costumava fazer em ocasiões como esta, eu gostaria de aproveitar para, antes de encerrar, reiterar mais uma vez a minha - talvez possa parecer paradoxal a alguns - combinação de reconhecimento dos grandes desafios que temos pela frente como sociedade. E, ao mesmo tempo dizer que não tenho a menor dúvida em expressar a minha confiança na nossa capacidade de como País, como sociedade de enfrentá-los, superar as dificuldades atuais - que não são só nossas, são do resto do mundo também; embora nós tenhamos aquelas que são nossas, que dependem de nós - o nosso futuro está em nossas mãos, como disse bem o presidente da República no dia 23 de setembro, e nós temos que mostrar que temos condições de enfrentar os nossos problemas e reduzir essas reais ou percebidas vulnerabilidades que, por vezes, colocam o País em foco. E o fazem, não por peculiares fraquezas nossas mas porque o Brasil hoje tem

**ACHAMOS
QUE NÃO SERÁ
NECESSÁRIO
UTILIZAR A
TOTALIDADE
DOS RECURSOS
DISPONÍVEIS**

mas se todos estiverem de acordo, eu gostaria que o Sérgio pudesse fazer a pergunta dele e que eu permitisse mais três perguntas além da dele.

Esta mesma confiança que eu gostaria de reiterar aqui, ao concluir esta breve introdução e me considerar à disposição de vocês para responder às perguntas que têm.

Eu esqueci de mencionar apenas um elemento: é que a razão pela qual nós estamos usando neste momento essa SRF (Supplementary Reserve Facility) do Fundo é que ain-

da não está concluído o trabalho de constituição, no âmbito do FMI, desse novo mecanismo de contingência que vem sendo discutido desde setembro e que adquiriu grande avanço, após a reunião anual do início de outubro, no qual a operação brasileira será convertida, tão logo o novo mecanismo de contingência esteja finalmente implementado. E foi assim que esta operação foi concebida, desde o início, como uma operação de natureza preventiva, contingente - é assim que nós a entendemos - e essa é a razão pela qual achamos que não será necessário utilizar a totalidade dos recursos que hoje são colocados à disposição do Brasil e que têm o efeito de mostrar a confiança do resto do mundo, de nossos parceiros internacionais na nossa capacidade de enfrentar com determinação e vencer os problemas que enfrentamos hoje, como enfrenta todo mundo.

Muito obrigado a todos. E estou à disposição para tentar responder algumas perguntas.

Pergunta - Depois da assinatura deste acordo, eu gostaria de saber se já está sendo considerado quando o Brasil poderia fazer nova captação no exterior para abrir o capital internacional para as empresas brasileiras?

Malan - Eu espero que com a brevidade possível. Apesar de uma intervenção não combinada, eu não gostaria de deixar de responder à pergunta do Sérgio. Mas seria desrespeitoso para com os demais se eu respondesse exclusivamente a ele, que fez uma pergunta num momento que não lhe era devido, mas se todos estiverem de acordo, eu gostaria que o Sérgio pudesse fazer a pergunta dele e que eu permitisse mais três perguntas além da dele.

Sérgio Léo - O senhor me conhece há mais de dez e sabe que eu sempre me pautei pelo respeito às regras e se eu me manifestei ali é porque eu fiquei receoso de que houvesse uma má interpretação. O propósito é só de ajudá-lo. Como houve uma combinação, eu não vou desrespeitá-la, eu não vou fazer pergunta. Mas eu queria notar ao senhor que o fato de não ter sido divulgado aqui nesta coletiva a meta de

deficit nominal - e - que é, sim, uma restrição à política monetária, na medida em que no momento em que o governo se comprometer com o FMI com a meta de déficit nominal, se ele quiser praticar uma política monetária mais austera vai ter que fazer cortes ainda mais severos no orçamento fiscal - vai deixar a impressão de que até agora não se conseguiu, em todas essas negociações, se acertar com o Fundo essa meta. Eu não gostaria de que essa impressão persistisse. E, na medida em que também não foi dito claramente o que

vai ser feito com esse dinheiro, seria interessante, para o bom entendimento das medidas que a equipe econômica esclarecesse como que esse dinheiro é usado, em que circunstâncias; se ele serve para cobrir uma fatia das reservas que eventualmente se perca com movimentos especulativos. Para onde exatamente vai esse dinheiro? O senhor me desculpe ter intervido fora das regras, mas já seria a segunda vez que a minha revista seria excluída de um evento coletivo desse ministério.

Malan - Eu agradeço o discurso inicial do Sérgio Léo em defesa da informação do público leitor. Eu lhe asseguro que todos nós - eu inclusive - partilhemos do seu compromisso com a informação correta e apropriada. Sobre as duas perguntas do Sérgio, nós temos sim - não é correta a percepção de que essas coisas estão em discussão -, nós temos um objetivo em termos do déficit nominal para o ano de 1999, que é da ordem de, no final do período, 4,7% para o setor público consolidado. Essas informações - eu volto a insistir - elas estarão sendo disponibilizadas quando o conjunto delas estiver sendo disponibilizado aqui e em Washington. E eu peço um pouco a paciência do Sérgio e dos demais e quero dizer que elas estão definidas, sim, e serão dadas ao conhecimento dos interessados. Sobre a questão de exatamente como é a forma pela qual nós procuraremos alcançar esses objetivos, eu me reservo o direito de dizer que isso será feito na condução da política econômica do Brasil ao longo dos próximos 12 meses e não será anunciado publicamente em termos de trajetórias específicas de variáveis relevan-

tes. **Correio Braziliense -** Ministro eu queria saber quais são as metas que foram definidas no acordo com o FMI? Quais foram as metas para déficit primário e se tinha alguma meta para déficit nominal também?

Malan - Nós estaremos distribuindo, hoje, o texto completo desse memorando de política econômica. As metas são as que nós havíamos anunciado. São aquelas que vocês conhecem, a que nós anunciamos há algum tempo, no primário de 2,6% do PIB em 99 para o setor público consolidado. De 2,8% para o ano 2.000, e 3,0% para o ano de 2.001. No programa com o Fundo nós também temos uma meta para o nominal, que é o primário mais o componente de juros, que será dado à conhecimento público quando o Fundo o fizer. Nós vamos divulgar aqui antes de que o façamos conjuntamente com o Fundo. Mas a resposta para sua pergunta: existe sim, uma meta para a evolução do déficit nominal consolidado do setor público.

Jornal do Brasil - Ministro, eu queria saber se algumas dessas coisas que estão no acordo vão passar pelo Senado Federal e quais são os países que integram esse acordo maior? Dizem que até a Finlândia está participando. O que eles vão cobrar da gente, qual a garantia?

Malan - O que vão cobrar eu já falei. Posso repetir aqui.

Pergunta - Esses que são empréstimos de governo, quais são as garantias?

Malan - Os empréstimos de governo têm lugar através do Banco Central, dos Bancos Centrais, que é BIS e, eu já me referi aqui às condições. É um spread sobre a libor da ordem 450 ou 470 pontos. Isso eu já tinha dito. Agora, uma outra parte da sua pergunta, que era quais os países?

Pergunta - Pois é. A Finlândia também faz parte dessa coisa do BIS?

Malan - É membro também. O BIS é o Banco Central dos bancos centrais, até há pouco tempo atrás exclusivamente dos países industriais, e de cerca

de dois anos para cá eles convidaram oito países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, a se juntarem ao Banco de Compensações Internacionais como membros, como acionistas. Nós somos há um ano e pouco membros plenos e acionistas do BIS. É nessa condição que nós estamos participando, através do Banco Central do Brasil, numa operação com bancos centrais de vários países. Não sei porque você está preocupada com esse país em particular, mas eles estão hoje lançando um comunicado - os ministros da Fazenda e os presidentes de banco central dos países que estão colaborando com o Brasil, e acho que cabe a eles anunciar a sua participação e não a mim. Mas no rascunho desse comunicado que deve ser divulgado, hoje - e eu não quero lê-lo aqui porque eu não sei se o foi ainda -, mas tem vários países, entre os quais o que você se referiu, que é membro do BIS.

Pergunta - Alguma coisa vai passar pelo Senado Federal?

Malan - Nós já comunicamos ao presidente do Senado e ao presidente do Congresso e, obviamente, nós encaminharemos esse material ao Senado. O acordo com o Fundo, como é uma operação de troca de moedas, reais por direitos especiais de saque no Fundo, estabelecidos já de longa data, ele não necessita da aprovação formal do Senado, mas nós o submeteremos para informação à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Esse acordo com o BIS, na medida em que envolva garantias, aparentemente necessita aprovação do Senado e, de qualquer maneira, seria enviado ao Senado.

**É UM
PROGRAMA
BRASILEIRO QUE
TEM O APOIO E
O RESPALDO DA
COMUNIDADE
INTERNACIONAL**